

Deputados da cúpula do PMDB no Rio são alvo de operação

Procuradoria diz que Jorge Picciani e outros dois deputados integram 'confraria saqueadora'

Investigações levantam suspeitas inclusive sobre indicação feita por governador Pezão ao conselho do TCE

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

Três deputados estaduais da cúpula do PMDB do Rio foram alvos da Operação Cadeia Velha sob suspeita de terem recebido propina de empresas de ônibus e empreiteiras.

A Procuradoria afirma que o presidente da Assembleia Legislativa, Jorge Picciani, e os deputados Paulo Melo e Edson Albertassi integram uma "confraria saqueadora" dos cofres públicos ao lado do ex-governador Sérgio Cabral, preso há quase um ano. Sete pessoas ligadas aos parlamentares foram presas, além de três empresários do setor.

"Não havia um chefe mor, mas um comando horizontal de uma grande confraria do crime organizado no Rio mantida por agentes públicos do Executivo e Legislativo", afirmou o superintendente da Polícia Federal, Jairo Souza da Silva.

As investigações levantam suspeitas inclusive sobre a indicação de Albertassi para uma vaga de conselheiro no TCE (Tribunal de Contas do Estado), feita pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) na semana passada. Para procuradores, o ato foi uma forma de atrapalhar as investigações. Caso nomeado, o processo "voltaria à estaca zero" ao ser enviado ao Superior Tribunal de Justiça, em razão do foro privilegiado.

A indicação foi usada como um dos argumentos para o Ministério Público Federal pedir a prisão em flagrante dos três deputados. O juiz federal Abel Gomes, relator da Lava Jato no Tribunal Regional Federal do Rio, entregou a decisão a um colegiado de seis magistrados e autorizou a condução coercitiva dos três.

"Fazer do deputado Albertassi um membro do TCE a esta altura é uma demonstração forte de poder por parte

TESTEMUNHAS BOLSONARO E DUVIVIER FLAGRAM AÇÃO

O deputado Jair Bolsonaro presenciou o momento em que a PF conduziu Picciani (PMDB), no aeroporto do Rio. "A gente espera que a Polícia Federal continue fazendo esse bom trabalho", disse, em vídeo publicado nas suas redes sociais. O colunista da Folha Gregório Duvivier pegou o mesmo voo que Picciani. "Chegando no Rio, recepção calorosa da PF", escreveu.



Ao desembarcar no Santos Dumont, o presidente da Alerj, Jorge Picciani, é conduzido por policiais para prestar depoimento

da organização criminosa", afirma a Procuradoria.

Os procuradores dizem não ter "dados concretos" do envolvimento de Pezão, autor da indicação de Albertassi.

A escolha, contudo, provocou inclusive a demissão do procurador-geral do Estado, Leonardo Espíndola, que se recusou a defender o ato do governo no Tribunal de Justiça. Pela Constituição, o governador deveria indicar um auditor de carreira do TCE.

O deputado abriu mão do cargo após o depoimento à Polícia Federal.

As investigações indicaram que Picciani, Melo e Albertassi receberam propina de donos de empresas de ônibus ao menos entre 2010 e 2016. As informações foram entregues pelo operador financeiro Álvaro Novis, responsável pela "caixinha" da Fetranspor (federação das empresas de ônibus) e Marcelo Traça, vice-presidente da entidade.

Picciani recebeu R\$ 58,5 milhões, Melo, R\$ 54,3 milhões e Albertassi, ao menos R\$ 2,7 milhões, segundo os delatores. A PF prendeu assessores de Picciani e Melo. Também foi preso Felipe Picciani, filho do presidente da Assembleia. Ele é executivo da Agrobilara, supostamente usada para lavar dinheiro.

Segundo a acusação, a empresa de gado de Picciani foi usada para receber propina da Carioca Engenharia e para lavagem de dinheiro do ex-presidente do TCE Jonas Lopes, que se tornou delator.

A petição detalha ainda suposta propina paga pela Odebrecht a Picciani.

A Procuradoria afirma que os pagamentos resultaram em mudanças legislativas em favor da Odebrecht e das empresas de ônibus.

AS SUSPEITAS SOBRE O PMDB-RJ

Operação nesta terça-feira abriu nova frente sobre a área de transportes

Propina paga pelas empresas de ônibus, segundo a investigação, em R\$ milhões



ALVOS

Ligado a Jorge Picciani

- > Felipe Picciani - filho
- > Jorge Luiz Ribeiro - sócio
- > Carlos Pereira - sócio
- > Ana Cláudia Jaccoub - funcionária
- > Márcia Rocha de Almeida - funcionária

Ligado a Paulo Melo

- > Andreia Cardoso do Nascimento - chefe de gabinete
- > Fábio Cardoso do Nascimento - funcionário

OUTRO LADO

Ação é uma 'covardia', afirma Picciani

DO RIO

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Jorge Picciani (PMDB), afirmou em nota que a Operação Cadeia Velha é uma "covardia", em referência à prisão de seu filho, Felipe Picciani.

"O que aconteceu hoje com meu filho é uma covardia feita para atingir tão somente a mim. Felipe é um zootecnista, bom pai, bom filho, bom amigo, que trabalha de sol a sol e não tem atuação política".

O deputado disse que "jamais recebeu qualquer vantagem em troca de favores".

"Não tenho nem nunca tive conta no exterior. Não conheço Álvaro Novis [delator], nunca o vi. Tampouco conheço seus funcionários. [...] O tempo vai se encarregar de desmascarar essa covardia em curso".

A assessoria do deputado Edson Albertassi (PMDB) disse, em nota, que "as acusações serão contestadas pela sua defesa". O deputado Paulo Melo afirmou que "nunca teve envolvimento" com os delatores do caso.

A defesa de Jacob Barata Filho afirmou que "pedirá o restabelecimento das medidas ordenadas pela Segunda Turma do STF, que já decidiu que a prisão preventiva do empresário é descabida". A assessoria de José Carlos Lavouras disse que a prisão preventiva decretada "foi imposta irregularmente".

Ex-governador de MS é preso sob suspeita de corrupção

Peemedebista André Puccinelli é acusado de receber R\$ 20 milhões em doações eleitorais para favorecer a JBS e outras empresas

DE BRASÍLIA

O ex-governador de Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB) foi preso preventivamente nesta terça-feira (14) em uma operação da Polícia Federal que apura supostos pagamentos de propina.

André Puccinelli Júnior, filho dele, também foi detido.

A investigação da quinta fase da chamada Operação Lama Asfáltica aponta que o

ex-governador recebeu propina em dinheiro vivo e mais R\$ 20 milhões em doações eleitorais em troca de favorecer a JBS e outras empresas do grupo com incentivos fiscais. Parte dos recursos, diz a polícia, foi recolhida em São Paulo e levada em caixas e mochilas por um suposto operador do peemedebista.

A PF se baseou no material apreendido em etapas anteriores da investigação, nas

delações da JBS e nos depoimentos de um novo colaborador para delatar a operação, batizada de "Papiros de Lama". Trata-se do pecuarista Ivanildo da Cunha Miranda, que diz ter atuado como gerente do esquema e "mula" do dinheiro pago.

"Entre 2006 e 2013, ele recebia valores de propina da JBS e entregava ao senhor Puccinelli em espécie ou [por meio] de depósitos", disse o

delegado Cléo Mazzoti.

A JBS pagou em propinas o equivalente a 30% dos incentivos fiscais que recebia, diz a polícia.

Para a PF, André Puccinelli tinha papel de comando na organização criminosa, que continuou recebendo mesmo após a primeira fase da Lama Asfáltica ser desencadeada, em 2015. Há registros, segundo investigadores, de pagamentos até o ano passado.

A JBS é suspeita de fazer pagamentos também a um instituto ligado a André Puccinelli Júnior. A entidade comprava livros do filho do ex-governador, que faturava com direitos autorais. André Puccinelli governou Mato Grosso do Sul de 2007 a 2014.

OUTRO LADO

O advogado dos Puccinelli, Renê Siufi, vai pedir habeas corpus para reverter as pri-

sonas preventivas.

Ele disse que o ex-governador já havia prestado depoimentos e respondido a perguntas sobre "90% do que a PF divulgou".

O advogado afirmou que a nova delação foi feita sem provas. Sobre os pagamentos da JBS ao instituto filho do ex-governador, ele afirmou que se trataram de patrocínios regulares. (FÁBIO BRINI E RUBENS VALENTE)

LEANDRO RESENDE
DA AGÊNCIA LUPA

Enquanto acumulava poder político no Rio, o deputado estadual Jorge Picciani (PMDB-RJ) também engordou seu patrimônio pessoal.

Levantamento feito nas declarações de bens apresentadas por ele à Justiça Eleitoral entre 1994 e 2014 mostra um crescimento de 893% nos bens do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj).

Em 1994, Picciani declarou ao TRE-RJ que possuía R\$ 1.237.470,49 em bens (corrigido pelo IPCA). Vinte anos depois, em 2014, o total havia subido para R\$ 12.284.013,21 (também corrigido).

O deputado diz que seu patrimônio é "absolutamente compatível" com a renda de suas empresas. Destacou que a família atua há 33 anos no ramo da agropecuária.

Picciani disputou sua primeira eleição para deputado estadual do Rio em 1990. Então no PDT, não há registros de bens nos à época no Tribunal Regional Eleitoral do Rio.

Em sua segunda eleição, Picciani, ainda no PDT, listou ao TRE-RJ que tinha três carros —um Santana, um Monza e uma picape Toyota, além de dois apartamentos na Barra da Tijuca (zona oeste), um terreno no bairro de Anchieta (zona norte) e uma casa em Cabo Frio, na Região dos Lagos. Também era dono de uma propriedade de 168 hectares em Rio das Flores, no Sul.

Em 1998, já no PMDB, Picciani declarou ter quatro carros. Na eleição de 2002, o deputado declarou à Justiça que possuía uma fazenda de 9.974 hectares (o equivalente a mais de 10.770 campos de futebol) no Mato Grosso. Na época, segundo Picciani, o terreno valia R\$ 400 mil.

Foi naquela legislatura que o parlamentar se tornou presidente da Alerj pela primeira vez.

Na campanha de 2006, Picciani declarou pela primeira vez à Justiça Eleitoral que possuía ações das empresas Agrobilara e Agrovias, ambas de sua família. Esses ativos representavam na época um total de R\$ 5,9 milhões, ou 77% de seus bens.

Em 2010, Picciani concorreu ao Senado, mas não foi eleito. Esse foi o ano em que o político atingiu o ponto mais alto na série histórica sobre seu patrimônio.

Eram R\$ 11,2 milhões (valores da época). Em 2014, Picciani disputou sua última eleição e informou à Justiça Eleitoral que possuía R\$ 10,3 milhões (valores sem correção). A Agrobilara, naquele ano, respondia por 78% do total.